

DA CRÍTICA À TOTALIDADE À DESNATURALIZAÇÃO DO MUNDO: FUNDAMENTOS DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO

FROM THE CRITIQUE OF TOTALITY TO THE DENATURALIZATION OF THE
WORLD: FOUNDATIONS OF THE PHILOSOPHY OF LIBERATION

José Inaldo Gomes de Souza¹
Matheus Maria Beltrame²

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo discutir os principais fundamentos da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel, desde sua crítica à totalidade até o processo de desnaturalização do mundo. Busca-se compreender como a proposta de libertação formulada por Dussel se concretiza nos contextos contemporâneos, partindo da hipótese de que o espaço educativo constitui uma possibilidade para o exercício da libertação. A pesquisa é de natureza bibliográfica e fenomenológica, e procura elucidar conceitos fundamentais como totalidade, Outro, mundo e desnaturalização. Conclui-se que ao mostrar a ideologia do centro, a Europa, pode favorecer a conscientização da vítima, situada na periferia do mundo, especialmente na América Latina, possibilitando novas formas de pensamento e ação libertadora.

Palavras-chave: Filosofia da Libertação; Enrique Dussel; Educação; América Latina; Emancipação

Abstract:

This article aims to discuss the main foundations of Enrique Dussel's Philosophy of Liberation, from his critique of totality to the process of denaturalizing the world. It seeks to understand how Dussel's proposed liberation is realized in contemporary contexts, based on the hypothesis that the educational space constitutes a possibility for the exercise of liberation. The research is bibliographical and phenomenological in nature, and seeks to elucidate fundamental concepts such as totality, Other, world, and denaturalization. It concludes that by showing the ideology of the center, Europe, it can foster the awareness of the victim, situated on the periphery of the world, especially in Latin America, enabling new forms of liberating thought and action.

Keywords: Philosophy of Liberation; Enrique Dussel; Education; Latin America; Emancipation

¹ Mestrando em Filosofia (PROF-FILO/UFCG). Professor de Filosofia na ECI Mario Oliveira Chaves-São João do Tigre-PB. Email: inaldogomessbu@gmail.com, lattes: <http://lattes.cnpq.br/9139540013461060>

² Doutor em Filosofia (UFPB-UFPE-UFRN). Professor Adjunto UACS/CFP/UFCG; Professor Mestrado Prof-Filo UFCG. Email: beltrame25@gmail.com, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3331339486506743>

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar os fundamentos da Filosofia da Libertação em Enrique Dussel, enfatizando sua crítica à totalidade do centro europeu, cuja racionalidade excludente nega a dignidade dos povos não europeus. Essa negação, concretizada historicamente na forma de violência e opressão, constitui o ponto de partida da reflexão dusseliana.

Dussel propõe uma filosofia que parte do lugar dos pobres e das vítimas, isto é, daqueles que foram marginalizados por um sistema de pensamento e por uma ética que legitimam a exclusão. O Outro deve, portanto, ser reconhecido sob uma nova perspectiva, marcada pela proximidade, abertura e acolhimento da alteridade, uma relação que se dá no enfrentamento da novidade e da imprevisibilidade do encontro humano.

Outro conceito fundamental a ser repensado é o de mundo, compreendido por Dussel como um sistema de sistemas, que precisa ser desmistificado e desnaturalizando.

O ponto de partida dessa filosofia é, portanto, a América Latina, situada como periferia em relação à Europa. Dussel questiona os fundamentos do centro, do ser,

Para Enrique Dussel, o povo ocupa um lugar epistemológico anterior ao mundo, o que torna necessário que a filosofia parta do concreto da história, em oposição à tradição europeia que privilegia a ontologia abstrata do ser.

Oura dimensão a ser pensada é a pedagógica que envolve as relações de sentido e significados entre pais e filhos, mestres e estudantes chegando a construções e desmistificação da cultura e da ideologia em níveis políticos.

Trabalharemos também O fetichismo da cultura onde a divinização das coisas criadas gera engano, ilusão, alienação e dominação.

Veremos também a economia como construção histórica e pôr fim a semiótica revelando o encontro real com o Outro e o universo de significados que são manipulados pela linguagem.

O ponto de partida da Filosofia da Libertação

Enrique Dussel, inicia afirmando que é necessário fazer uma nova filosofia a partir de um novo lugar epistemológico: a América Latina. Tal movimento, contudo, não significa uma ruptura radical com a história da filosofia, mas uma reinterpretação crítica de seus fundamentos a partir da realidade dos povos periféricos. Como afirma o autor: “Nem pode ser de outra forma, como o escravo que fala a língua do senhor quando se revolta, ou a mulher que sem saber se exprime dentro da ideologia machista quando se liberta” (DUSSEL, 1977, p. 7).

O escravo, ao insurgir-se, não fala sua própria linguagem, pois a única que conhece é a de seu opressor. Contudo, a linguagem do opressor pode tornar-se ferramenta de resistência e meio de libertação. Nesse ponto, Dussel aproxima-se de Paulo Freire, que também tematizou o oprimido como sujeito histórico em sua Pedagogia do Oprimido. Para ambos, a libertação nasce de dentro da estrutura de dominação, reapropriando e subvertendo a linguagem do poder.

O tema da libertação em Dussel insere-se em um movimento mais amplo de pensamento crítico contemporâneo, que reúne filosofias periféricas e emancipatórias. O autor situa sua proposta no interior de um campo de vozes que partem da marginalidade histórica para repensar a filosofia: “Filosofia da

libertação, filosofia pós-moderna, popular, feminista, da juventude, dos oprimidos, dos condenados da terra, condenados do mundo e da história” (DUSSEL, 1977, p. 7).

Essas filosofias se articulam na crítica ao eurocentrismo, à modernidade e à crença na racionalidade universal, denunciando o processo histórico de colonização e exclusão das culturas periféricas. Dussel, como pensador latino-americano, reivindica o direito de fazer filosofia a partir do Sul, desde o contexto concreto de sofrimento, opressão e esperança dos povos latino-americanos.

Nesse sentido, a filosofia torna-se reflexão crítica sobre o real: “A filosofia pensa o não-filosófico: a realidade. Mas porque é reflexão sobre sua própria realidade, parte do que já é, de seu próprio mundo, de seu sistema, de sua espacialidade” (DUSSEL, 1977, p. 10).

Dussel prossegue radicalizando a crítica ao sistema de poder que sustenta o mundo moderno. Em uma passagem significativa, ele afirma: “Deus morreu, isto é, a Europa morreu porque se tinha identificado com Deus: o fetiche ao menos morreu para nós e com ela os Estados Unidos como seu qualitativo prolongamento” (DUSSEL, 1977, p. 15).

Aqui, Dussel retoma a expressão nietzschiana da ‘morte de Deus’, mas a ressignifica em chave política e histórica. A morte do ‘Deus europeu’ é a morte simbólica da pretensão de universalidade do centro, a queda do fetiche que identificava Europa e verdade, centro e racionalidade. Inspirando-se também em Marx, o autor interpreta o fetichismo como substituição do valor do ser humano pelo valor das mercadorias, das máquinas e dos sistemas econômicos, uma inversão que desumaniza e subjuga os povos periféricos. A libertação, nesse contexto, exige romper com o fetichismo do centro e recuperar a dignidade concreta do outro.

Para Dussel, pensar a libertação implica aproximar-se do outro concreto, do pobre, do excluído, do invisibilizado. O conceito de aproximação é, portanto, central: “Aproximar-nos na fraternidade é encurtar distância para alguém que pode esperar-nos ou rejeitar-nos, dar-nos a mão ou ferir-nos, beijar-nos ou assassinar-nos. Aproximar-se na justiça é sempre um risco porque é encurtar distância para uma liberdade distinta” (DUSSEL, 1977, p. 23).

A relação com o outro é sempre um risco ético e existencial, pois envolve reconhecer a liberdade alheia e sair da zona de segurança do próprio ego. Essa concepção está fortemente influenciada por Emmanuel Levinas, para quem a ética precede a ontologia: antes do ser, há o rosto do outro. Dussel traduz essa ideia no contexto latino-americano, relacionando-a à realidade dos povos oprimidos.

Outro aspecto fundamental da filosofia da libertação é a anterioridade do povo em relação ao ser. A realidade concreta do oprimido precede qualquer construção teórica abstrata: “Antes do mundo está o povo; antes do ser está a realidade do outro” (DUSSEL, 1977, p. 25). Essa inversão radical desloca o centro da filosofia clássica, tradicionalmente ontológica, para o campo da ética e da história.

O mundo não é natural; ele é construído ideologicamente e culturalmente. Todos nós, inclusive os cientistas, somos influenciados por esse sistema de significações e valores. A filosofia da libertação, conforme Dussel, busca “desatualizar” o sistema-mundo e seus subsistemas, abrindo espaço para novas formas de compreender e transformar a realidade. Trata-se de escutar o outro em

sua concretude e lugar histórico, elevando sua criticidade e desmistificando o mundo.

O conceito de totalidade na filosofia europeia e nos estados unidos trata-se de uma realização racional do ser e síntese do espírito. Esse sistema de pensamento pretende configurar todas as culturas á essa síntese, tal lógica se pretende global, mas como paradigma de verdade para todos os outros povos. Foi assim com o cristianismo que quiz universalizar a fé e para isso submeteu povos e culturas com propostas e imposições, é assim com a filosofia europeia. Henrique Dussel questiona essa totalidade excludente e propõe outras interpretações para com o mundo e para com o ser humano.

A totalidade a nível de senso comum, se não considerar a diversidade se torna um preconceito. Assim ao afirmarmos que o nordeste brasileiro é um todo cultural negamos as especificidades de uma região grande e populosa, mais absurdo ainda é resumir o continente africano a uma cultura. Frequentemente em redes sociais vemos pessoas afirmando aspectos culturais de uma parte do seu país como sendo um todo.

Nesse sentido, Dussel define o mundo como um sistema de sistemas, um conjunto hierárquico de estruturas interdependentes: “O mundo é assim o sistema de todos os sistemas que têm o homem como seu fundamento. Os sistemas econômicos, políticos, sociológicos, matemáticos, psicológicos etc., são somente subsistemas de um sistema de sistemas: o mundo” (DUSSEL, 1977, p. 29).

O local de nascimento influencia o comportamento, os sonhos e os horizontes existenciais de cada pessoa. Essa percepção é crucial para a libertação: compreender que o mundo, tal como o vivemos, não é um dado neutro, mas um constructo histórico e ideológico.

A dimensão pedagógica.

O povo é anterior a cultura, mas ao mesmo tempo a cultura forma o povo. Relação pai e filhos e mestres e estudantes. Educação que tem origem e sentido na família ainda que não abra mão das instituições de ensino. “É por isso que O discurso pedagógico é sempre duplo e os planos se confundem continuamente”. (DUSSEL, 1977, p. 93) o papel da filosofia neste sentido é atuar nesta duplicidade entre a reprodução e a criação.

No que se refere a educação doas jovens, Dussel afirma que semelhante a repressão erótica sofrida pelos pais, estes jovens estão também sobre repressão do sistema educacional, por isso a rebelião se torna inevitável. “Seu ideal do eu (pai-Estado) está em crise. O jovem não pode identificar-se com uma imago Patris decadente; o conflito edípico persiste e sua revelação é a rebelião juvenil como sintoma da repressão erótica e política.” (DUSSEL, 1977, p. 94)

A identidade do jovem entra em crise ao perder seu referencial. Este ora é ao pai, ora é a pátria, estado. Neste contexto a educação reprime mais uma vez ou reforça e dar sentido a crise juvenil.

O que é a pedagógica em Dussel? Como ele já vem sinalizando não é somente a escola e sua organização. diz respeito as relações humanas na construção de sentidos e significados. É tudo que engloba ideologias e culturas, por isso os meios de comunicação também são relevantes neste processo.

A pedagógica por isso não só se ocupa da educação da criança, do filho, do discípulo na família erótica; mas também da juventude e do povo nas

instituições escolares, universitárias, científicas, tecnológicas, nos meios de comunicação. É a questão ideológica e cultural (DUSSEL, 1977, p. 94).

Neste sentido, o ser humano é forjado em sua cultura, mas o modo de isso acontecer inicialmente será na família, ainda que exista diversidades entre cada jeito de ser família.” Seja como for, o caráter do futuro cidadão depende da maneira como foi forjada eroticamente sua personalidade no lar, na proximidade com a mãe e em relação à presença do pai e dos irmãos.” (DUSSEL, 1977, p. 95)

Dussel reconhece que já nas primeiras civilizações a escola se tornou sistema de educação. Para ele o momento atual da sua obra contava com os meios de comunicação e com as escolas. “O sistema de escolaridade ou aquele dos meios de comunicação coletiva, por exemplo, são hoje os dois mais importantes para a formação do homem da rua”. (DUSSEL, 1977, p. 95)

Não obstante a isso, Exterior aos sistemas já constituídos de educação, surge sempre o novo, o outro, aquele que põe necessariamente em questão o já dado. O autor fala da exterioridade pedagógica política que envolve os filhos em relação aos pais e também países em relação o a outros; os pobres e marginalizados dentro de um país. “A fecundidade procriadora e a responsabilidade pela justiça são as que dão realidade à ordem nova, ao homem novo.” (DUSSEL, 1977, p. 96)

Mas não é simples essa ordem nova ou homem novo por que o sistema educacional age estrategicamente para reprimir e fazer a pessoa seguir regras sem questionar, isso se fortaleceu com advento das psicologias que forneceram instrumentos para manipulação Dussel cita Pestalozzi, Montessori ou Dewey como aquele que ensinam a domesticar as pessoas com ferramentas modernas.

“O pobre Édipo reprimido é o fruto da educação moderna, machista, individualista, que na realidade termina por educar o lobo de que necessita Hobbes: um homem disposto a ir à luta sempre e em qualquer lugar para subsistir num mundo de competição”. (DUSSEL, 1977, p. 98) O lobo do próprio homem de Hobbes justifica a ação do Estado para conter a agressividade que naturalmente faz os homens competirem entre si. Isso tem sido tarefa da educação, a contenção dos instintos animais, mas a autor chama de educação machista e individualista- marcas dos tempos modernos. Parece que ele denuncia uma contradição no sistema educacional. A educação estaria sendo influenciada pela ideologia do centro. “O imperialismo ideológico cultural supera hoje todo outro tipo anterior de influxo cultural, e conta com todo apoio das ciências, daqueles que Chomsky chamaria “os intelectuais guerreiros”; as elites formadas em Harvard, Yale...” (DUSSEL, 1977, p. 99)

Se a educação é instrumento ideológico do centro, também dela pode emergir libertação “Libertar o filho é a tarefa da pedagógica metafísica.” 99 O mesmo ocorre na escola. O mestre representa o mundo organizado, cultura, saber acumulado, tradição filosófica.

Mas o estudante é exterioridade concreta. Se o mestre absolutiza o sistema, ele transforma a educação em reprodução da totalidade. Se ele reconhece a alteridade do estudante, a educação torna-se espaço de libertação. “A libertação do oprimido é realizada pelo oprimido, mas por mediação da consciência crítica do mestre, condutor: o intelectual orgânico, com o povo e no povo.” (DUSSEL, 1977, p. 100). Tal libertação acontece no nível cultural, envolve o reconhecimento das diferenciações culturais “Seja como for, conjunturalmente, a afirmação da cultura

nacional é uma posição libertadora diante da cultura imperial e um primeiro passo necessário no caminho da revolução cultural da periferia.” (DUSSEL, 1977, p. 100)

Após falarmos sobre a pedagogia no meio familiar e na escola Dussel nos leva a olhar para a realidade mais ampla, ele reconhece múltiplas culturas, mas destaca a cultura popular como aquela que capaz de fazer uma revolução cultural. “A revolução cultural de libertação deve partir do povo e ser realizada pelo povo, e a partir da cultura popular.” (DUSSEL, 1977, p. 100).

A cultura popular é histórica e conserva as memórias transmitidas de geração a geração forjando o jeito de ser um povo ou grupo. Esses conhecimentos e essas tradições pode ser um núcleo de resistência ao imperialismo do centro.

Tal cultura possui os símbolos, os valores, os usos, as tradições da sabedoria, a memória de compromissos históricos; conhece seus inimigos, seus amigos, seus aliados. A cultura popular, longe de ser uma cultura menor, é o núcleo mais incontaminado e irradiativo de resistência do oprimido contra o opressor. Mas não se deve crer no espontaneísmo. (DUSSEL, 1977, p. 100)

A libertação não acontecerá de modo mágico e natural, é pelo reconhecimento e afirmação da cultura popular que a mudança pode acontecer. O trabalhador com sua consciência crítica levará outros líderes também a criticidade.

Deve ser o trabalhador revolucionário da cultura, homem do povo sem deixar o povo, mas com consciência crítica, que conduz o próprio povo à sua afirmação cultural. Enquanto não se conseguir formar na própria práxis a consciência crítica de líderes populares, toda educação será elitista, dominadora. (DUSSEL, 1977, p. 101)

Desvendar a ideologia dominante não é tarefa fácil, mas esse despertar crítico é fundamental. Reconhecer os erros do sistema e reconhecer-se como exterioridade são passos importantes para afirmação da identidade. “A veracidade anti-ideológica é a atitude fundamental pedagógica: descobrimento dos enganos do sistema, negação ou destruição daquilo que tal sistema introjetou no povo, construção afirmativa da exterioridade cultural.” (DUSSEL, 1977, p. 93). A escola e o sistema educacional pode contribuir para com essa libertação e a filosofia tem um papel fundamental neste sentido.

O fetichismo da cultura

Parece pertinente entendermos por que a cultura pode se tornar instrumento de alienação, já que educação acontece nos níveis familiar e cultural. “Chamamos fetichização ao processo pelo qual uma totalidade se absolutiza, se fecha, se diviniza.” (DUSSEL, 1977, p. 102). Fetiche vem do português feitiço (de raiz latina *facere*, fazer, é o fato, de onde deriva igualmente feitiço) quando o homem faz algo e tenta divinizar tornar absoluto. “A totalidade política se fetichiza quando se adora a si mesma no império [...] A totalidade erótica se fetichiza [...] A totalidade cultural se fetichiza [...] O fetichismo é a morte da totalidade, do sistema, do discurso.” (DUSSEL, 1977, p. 102).

Divinizar algo ou alguém revela um engano, uma ilusão, mas isso acontece comumente em nível familiar, político e cultural. Por isso questionar e colocar em

dúvidas esses sistemas é necessário para libertação “O ateísmo do sistema vigente é a condição da práxis inovadora, procriadora, libertadora.” (DUSSEL, 1977, p. 102). A ateísmo neste sentido, é algo positivo, pois se torna condição de libertação. Isso não significa negar a fé no Deus das religiões. “Negar a divindade do sistema fetichizado é o autêntico ateísmo. [...] A questão não é dizer – com Hegel ou Nietzsche –: ‘Deus morreu!’ A questão é: Qual o Deus que morreu? O fetiche?” (DUSSEL, 1977, p. 104).

Quando a religião justifica o poder e a riqueza entra em foco do fetichismo, como aconteceu no período medieval com a cultura cristã no ocidente. “O começo de toda crítica é a crítica da religião”; a religião do sistema, é evidente; a religião fetichista.” (DUSSEL, 1977, p. 104). Por outro lado o dinheiro também é divinizado ate mais do que os outros deuses. “O fetichismo do dinheiro veio lançar por terra todos os outros deuses do altar do centro, e é adorado cuidadosamente pelas grandes potências cultas, democráticas, gordas de tanto consumir.” (DUSSEL, 1977, p. 104).

O culto ao dinheiro e as posses materiais parece estar presente em várias culturas e entre todas as classes, e igualmente são cultuados os donos dessas posses.

Sobre a condição de possibilidade da revolução e da libertação Dussel afirma: “Somente afirmando que o divino é outro distinto de todo sistema possível, a revolução libertadora será sempre possível.” (DUSSEL, 1977, p. 106). Esse divino é a Europa e os Estados Unidos que ao se afirmarem como absolutos negam a exterioridade como África, América Latina por exemplo, nesse sentido é necessário negar a negação do centro. “O antifetichismo é negação da negação da Exterioridade.” (DUSSEL, 1977, p. 106).

O criacionismo bíblico afirma que tudo que existe visível e invisível foi criado por Deus e por isso são criaturas, enquanto Deus criador não foi criado por nada e nem ninguém. “A teoria metafísica da criação é a base teórica da revolução libertadora.” (DUSSEL, 1977, p. 107). Essa revelação permite sustentar a afirmação de tudo que foi criado não pode ser Deus. Embora alguma interpretação ao longo da história tenha sugerido o contrário, associando o absoluto de Deus aos absolutismos dos reis, segundo Dussel, a religião nessa ocasião se tornara um fetiche, isso por que “Se tudo é criado, nada é divino, a não ser a Exterioridade absoluta.” (DUSSEL, 1977, p. 107).

A Econômica como Núcleo Material da Libertação

Para Enrique Dussel a economia não se limita a uma teoria econômica, mas constitui um momento fundamental de sua ontologia crítica e de sua metafísica da alteridade. A econômica é “a parte da filosofia que pensa a relação prático-produtiva, a relação do homem com o Outro mediado pelo produto da ação homem-natureza” (DUSSEL, 1977, p. 147). a economia não é algo técnico financeiro somente, mas é uma construção histórica que envolve relações de poder, dominação e/ou libertação. Dussel insiste que toda produção “se realiza por alguém” (DUSSEL, 1977, p. 147). Trata-se da pessoa concreta que trabalha com relações de exploração ao com dignidade.

Dussel esclarece Sobre a Totalidade econômica e alienação No capitalismo, “o ente na economia capitalista é a mercadoria” (DUSSEL, 1977, p. 149). A mercadoria, enquanto valor de troca, torna-se centro da totalidade. O fundamento último do sistema econômico é “o trabalho humano ainda não diferenciado”

(DUSSEL, 1977, p. 150), mas o sistema transforma o trabalhador em meio para a valorização do capital. “O roubo da plusvalia do trabalho da periferia é hoje a dissimetria estrutural essencial no mundo atual” (DUSSEL, 1977, p. 154). O subdesenvolvimento não é natural, mas uma construção histórica

Dussel segue seu proposito em apresentar alternativas ao sistema opressor, assim ele mostra que Mesmo dentro da totalidade capitalista, há um momento não incluído no sistema (DUSSEL, 1977, p. 151). por que o “O sujeito do trabalho “não se identifica com o assalariado” (USSEL, 1977, p. 152). a exterioridade econômica se manifesta nas periferias entre os excluídos e marginalizados, mas “Não haverá desenvolvimento sem ruptura da dependência” (DUSSEL, 1977, p. 154). As condições materiais são fundamentais para libertação humana.

Teoria apenas não resolve o problema. “Não se trata de ouvir que o oprimido tem fome; é necessário dar pão ao faminto. O pão supõe o trabalho do campo, o semear a semente, cuidar dela, colhê-la, triturá-la...” (DUSSEL, 1977, p. 157). A economia é uma dimensão prática com conhecimentos técnicos e resolução política. É necessário que seja garantido os meios eficazes de produção e distribuição para garantia de bem estar e de libertação

A filosofia pode orientar sobre economia visando a consciência crítica e a busca de equilíbrio entre trabalho e salário e entre ter e ser e principalmente refletindo sobre a solidariedade e socorro às vítimas. Neste sentido a filosofia tem algo a dizer.

Semiótica filosófica

Henrique Dussel reflete sobre o dizer o não dizer. Para ele “A semiótica filosófica inclui muitas disciplinas clássicas em filosofia (lógica, filosofia da linguagem, da comunicação etc.). É uma filosofia do signo e da comunicação, onde “o dito” emerge do “dizer” e a revelação interpelante da proximidade e da justiça. (DUSSEL, 1977, p. 142).

Entre o dito e não dito se situa a proximidade na realidade primeira como acontece entre pais e filhos na primeira infância já nos primeiros dias de vida, mas também em outros momento de emoção e descoberta do Outro.

Na origem das palavras está o outro, em seu dizer por sua presença (não por sua substância: ousia, mas por seu revelar-se: parousia). A protossemiótica é um dizer inefável: ainda não diz algo; não diz nada! Diz-se a si mesmo em sua presença próxima. É a epifania da sinceridade. Não é a verdade mas a veracidade, a fidelidade, a veritas prima: desvelação, nudez diante do outro, responsabilidade calada. (DUSSEL, 1977, p. 143).

Essa epifania do outro revela a verdade do encontro real sem disfarces ou subterfugio, as palavras posteriores seria uma tentativa de conservar a experiencia da presença, mas não com igual eficácia. Ora o advento das redes sociais parece inverter essa ordem, primeiro vem as palavras ou símbolos comunicativos para depois existir um encontro, uma presença. Como afirma o autor:” tão essencial é para a semiótica a proximidade originária, que sem proximidade não poderia surgir o sistema dos sinais que se elaboram e produzem como ponte que atravessa distância na comunicação.” (DUSSEL, 1977, p. 143).

Se as palavras a símbolos são pontes, ela servem para encurtar uma distância, uma proximidade que se perdeu.

A linhagem é assim uma ferramenta para (re) estabelecer a proximidade, nela ocorre uma passividade e também uma atividade como afirma Dussel: “Assim como o compreender, interpretar, perceber têm uma passividade própria, o exprimir exteriorizado semioticamente é sua atividade correlativa”. (DUSSEL, 1977, p. 125). Dessa forma pela linguagem produzimos e não apenas recebemos.

A linguagem complexa é uma habilidade humana de modo que os animais não tem uma linguagem em nível complexo, “O homem é por isso “o vivente que tem fala (lógon)”, que se exprime, que possui a capacidade apofântica: diz algo a respeito de algo.” (DUSSEL, 1977, p. 125).

O homem diz o mundo, ou seja, interpreta a totalidade da realidade em que vive e que seu horizonte alcança. Assim, “A totalidade interpretada representa o mundo e a língua exprime a interpretação”. (DUSSEL, 1977, p. 126). Mas quando se fecha num único discurso com uma única interpretação possível esse homem cai na tautologia e dominação. Assim, “Diz-se o que se diz porque todos e desde sempre o dizem.” (DUSSEL, 1977, p. 127)

A linguagem pode servir a ideologia dominante negando a cultura popular, mas também pode ser instrumento de protesto e subversão, Dussel convida a uma reinterpretção do mundo como totalidades da totatidade.

Considerações finais

A Filosofia da Libertação se insere em um conjunto de expressões críticas do pensamento latino-americano que buscam responder à condição histórica de dependência, dominação e exclusão, articulando-se com a Pedagogia da Libertação, a Teologia da Libertação e outras filosofias que questionam o eurocentrismo e a pretensão de universalidade da razão moderna.

Nesse horizonte, Enrique Dussel propõe um deslocamento epistemológico radical: pensar a partir do pobre e da vítima, situando neles o ponto de partida do discurso filosófico. Assim, ele desloca a metafísica tradicional, centrada no ser, para uma ética da libertação, fundada na realidade concreta e corpórea do outro. Sua crítica dirige-se ao sistema-mundo europeu, cuja racionalidade fetichizada encobriu a exterioridade e o sofrimento dos povos periféricos.

Dussel propõe, portanto, uma releitura dos conceitos clássicos da filosofia mediante a chave hermenêutica da geofilosofia, isto é, uma filosofia que parte de um lugar determinado: a América Latina. A partir dessa perspectiva, sua proposta visa uma reparação histórica das injustiças por meio da consciência crítica do estado de opressão e da construção de um novo horizonte ético-político de libertação.

Em diálogo com essa perspectiva, Paulo Freire enfatiza que a libertação começa com a tomada de consciência da realidade e se concretiza no engajamento social e político do sujeito, que deixa de ser objeto e passa a ser agente transformador de sua própria história. Tanto Dussel quanto Freire convergem na defesa de uma educação libertadora, que reconhece o outro em sua dignidade e autenticidade, instaurando uma relação fundada no amor e na práxis emancipadora.

Daniel Pansarelli por sua vez, chama a atenção para a importância de compreender criticamente os conceitos que sustentam o sistema abstrato e ideológico da opressão. Tal compreensão filosófica é condição para que a denúncia das injustiças possa gerar práticas de libertação efetivas, tanto no plano político quanto pedagógico.

Dessa forma, o ensino de Filosofia se revela um espaço privilegiado para a emancipação do sujeito, na medida em que ensinar filosofia é, antes de tudo, ensinar a filosofar. Filosofar significa exercitar a criticidade, a reflexão e a criação como práticas de libertação, um processo contínuo de tomada de consciência e reinvenção do mundo.

Tudo isso sem negar a complexidade do real espaço educativo, o qual segundo o conceito de próximo de Dussel, pode ser um espaço de abertura e acolhimento ou de fechamento e limitação. É neste risco do encontro com o outro, a escola, que se situa a busca por libertação. Além disso a dimensão pedagógica nos fez conectar a família com a cultura e a política. Na prática é reconhecer o Outro como alteridade e exterioridade valorizado sua cultura o potencializado a mesma para que exista condição de possibilidades para a criticidade e para o reconhecimento da identidade cultural.

A desatualização do mundo significa reinterpretar e dar novos significados a totalidade de sentido que está sob nosso horizonte, um olhar diferenciado deve se dirigir a economia e a relação com o dinheiro. Desmistificar a ideologia para possibilitar o encontro real com o Outro. Que requer dizer além do tido.

Referências

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**: crítica à ideologia da exclusão. Petrópolis: Vozes, 1977.

Recebido em: 02/2026
Aprovado em: 05/2026